

6º con Brasil **O que diz o novo plano**

□ Não haverá choque econômico, não se baixarão medidas provisórias, não se estabelecerá a prefixação de preços e salários.

□ Não haverá controle de preços. As câmaras setoriais serão reforçadas para se conseguir redução de preços, principalmente se o ajuste fiscal extinguir o IPI sobre dez mil produtos.

□ A atual lei salarial será flexibilizada até que entre em vigor o ajuste fiscal. Flexibilizar sem mudar a lei, ou seja, as antecipações bimestrais serão aumentadas, para que reponham uma parte substancial da inflação. Depois do ajuste, será discutida uma nova lei salarial com o Congresso.

□ Mantém a privatização das estatais, mas mudam as regras para que o Governo receba dinheiro vivo nas vendas. Qualquer nova estatal para ser vendida terá que receber antes aprovação do Congresso.

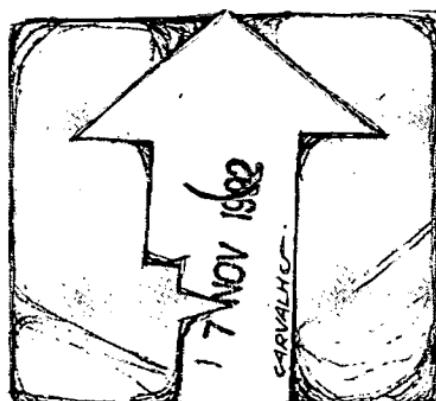
□ Será mantida a renegociação da dívida externa acertada pelo ex-ministro Marcílio Marques Moreira. Também será mantida a atual política cambial (acompanhará apenas a desvalorização do Cruzeiro).

□ Mantém o projeto de desregulamentação e modernização da economia. A equipe lutará para que sejam aprovados os projetos que já estão no Congresso, entre eles o que muda o sistema de trabalho nos portos.

□ Mudança na Previdência Social assim que for aprovado ajuste fiscal. O Governo insistirá em mudar o sistema de aposentadoria — proporá idade míni-

**CORREIO
BRASILEIRO**

17 NOV 1982



ma, e não mais tempo de serviço, respeitados os direitos adquiridos. Será incentivada a criação de fundos de pensão.

□ Será discutida uma nova lei para renegociar a dívida dos estados, municípios e estatais com a União e entidades federais.

□ Será aprovado o plano de saneamento financeiro da Caixa Econômica Federal. O potencial rombo do FCVS de 22 bilhões de dólares terá uma solução, ao mesmo tempo em que se resolverão os problemas do FGTS (principalmente financiamentos que não vêm sendo pagos).

□ Solução para três bancos estaduais em processo de liquidação (Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba).

□ Juros reais e positivos até o ajuste fiscal. Depois, serão reduzidos à medida em que o ajuste fiscal aumentar a arrecadação federal.

□ Flexibilização da atual lei salarial. Discussão de uma nova lei depois do ajuste.

□ Nova política de tarifas públicas. Estatais terão que abrir suas planilhas de custos. Uma mesma estatal poderá dar aumentos diferenciados para suas tarifas. "Não vamos usar as tarifas para combater a inflação", garante o ministro Paulo Haddad.

□ Garantia de financiamentos para as futuras safras agrícolas.